



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



1º ADITAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS, OBJETIVANDO A SUPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS ORIGINAIS DO AJUSTE QUE VISA PROMOVER ATENDIMENTO DE EDUCANDOS COM GRAVES DEFICIÊNCIAS QUE NÃO PUDEAM SER BENEFICIADOS PELA INCLUSÃO EM CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR.

Processo nº SEDUC-PRC-2023-00892-DM

O ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, representada neste ato pelo(a) Senhor(a) CESAR LUCAS VENDRAME, portador(a) do CPF nº 31337560871, nos termos do artigo 1º, inciso I e II da Resolução 51, de 29 de junho de 2022, doravante designada SECRETARIA, e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS, inscrita no CNPJ sob nº 02.006.163/0001-07, com sede em MUNICÍPIO de BASTOS, representada, de acordo com o seu ato constitutivo, por JEFFERSON APARECIDO NUNES, portador(a) do R.G. nº 20.631.744, doravante denominada OSC, observadas as disposições da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, bem como pelos Decretos nº 61.981 de 20 de maio de 2016 e nº 62.294 de 06 de dezembro de 2016, e suas respectivas alterações, resolvem firmar o presente Termo aditivo ao Termo de Colaboração mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

O presente Termo de Aditamento tem por objetivo incluir no objeto do Termo de Colaboração o Plano de Trabalho documento de fls. 583/610, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

Dos Recursos Financeiros

O valor a suplementar é de R\$ 4.668,66 (quatro mil, seiscentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos). O valor anual estimado da presente parceria passa a ser R\$ 242.268,32 (duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) programa de trabalho 12.367.0800.5156.0000, onerando a U.O 08001, U.G.E 080347, natureza de despesa 33.50.43.

§ 1º - A SECRETARIA providenciará, se necessário, a previsão nos orçamentos dos exercícios seguintes das dotações correspondentes.

§ 2º - O cálculo da quantia a ser transferida dar-se-á mediante a multiplicação do número de alunos cadastrados e matriculados na entidade parceira, pelo valor fixado pela Secretaria da Educação, a ser estimado do ano anterior ao exercício a que se destina o correspondente repasse, adotando-se como parâmetro o valor anual por aluno, na modalidade educação especial, previsto para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.



SEDUCMIN2024001825DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Colaboração celebrado em 29/12/2023, que não se revelem conflitantes com o presente instrumento.

E, por estarem de acordo, assinam os partícipes o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo subscritas.

São Paulo, 29 de AGOSTO de 2024

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Nome:

Nome:

R.G:

R.G:

CPF:

CPF:

CESAR LUCAS VENDRAME
Dirigente Regional de Ensino
Diretoria de Ensino Tupã

JEFERSON APARECIDO NUNES
PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS

TESTEMUNHA(S):

LETICIA SOLER COSTA - Assessor Técnico IV



SEDUCMIN2024001825DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Núcleo de Administração de Convênios

CAROLINA MOLINARI CARVALHO - Diretor Técnico II

Centro de Apoio Pedagógico



Assinado com senha por: CESAR LUCAS VENDRAME - 29/08/2024 às 15:16:12
Assinado com senha por: LETICIA SOLER COSTA - 30/08/2024 às 11:51:05
Assinado com senha por: JEFERSON APARECIDO NUNES - 29/08/2024 às 15:47:55
Assinado com senha por: CAROLINA MOLINARI CARVALHO - 30/08/2024 às 11:58:42
Documento N°: 3123607A3974712 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3123607A3974712>



SEDUCMIN2024001825DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO SEDUC nº 61, DE 23-11-2023

Aprova Plano de trabalho, para vigência a partir de 2024, como parte integrante do Termo de Colaboração que tem por objeto o atendimento pedagógico (escolarização) a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular

O Secretário da Educação, considerando:

- a necessidade de oferecimento de atendimento especializado a estudantes com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e de estudantes com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não são beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular;
- a pertinência da atuação em regime de mútua cooperação junto à sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco;
- o regime jurídico instituído de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, instituído pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- o amparo aos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial, em conformidade com a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- os termos da Resolução CNE/CEB nº 04/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, de 13 de julho de 2010;
- o regramento estabelecido pelo Decreto Estadual nº 61.981, de 20 de maio de 2016, que trata do regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil no Estado de São Paulo, alterado pelo Decreto nº 62.710, de 20 de julho de 2017;
- a autorização advinda do Decreto Estadual nº 62.294 de 6 de dezembro de 2016, que permite à Secretaria da Educação representar o Estado de São Paulo na celebração de termos de colaboração com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, alterado pelo Decreto nº 63.934, de 17 de dezembro de 2018;
- a alteração da redação do Decreto nº 62.294, de 6 de dezembro de 2016, que autorizou a Secretaria da Educação a representar o Estado na celebração de termos de colaboração, com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, selecionadas por chamamento público ou previamente credenciadas pela Pasta, e dá providências correlatas, no Decreto nº 66.743, de 17 de maio de 2022;
- as condições estabelecidas pela Resolução SE nº 26, de 22 de maio de 2017, que delega a competência ao Dirigente Regional de Ensino assinar termo de colaboração a ser firmado em nome da Secretaria da Educação e pela Resolução SEDUC nº 94, de 08 de outubro de 2021.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

RESOLVE:

Artigo 1º - As instituições devidamente habilitadas e credenciadas, poderão assinar o Termo de Colaboração junto às Diretorias de Ensino de sua circunscrição, mediante conveniência e oportunidade administrativa, materializadas diante da existência de estudante necessitado de atendimento especializado e residente nas proximidades da escola privada credenciada.

I - Fica aprovado o plano de trabalho constante do Anexo, que será parte integrante e indissociável do Termo de Colaboração, em conformidade com parágrafo único do artigo 42 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - Em consonância com o art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o plano de trabalho constante do Anexo desta resolução, poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, sendo que o aditamento:

a) para supressão será permitido a qualquer tempo, desde que comprovado o fechamento da sala;

b) para acréscimo de estudantes será permitido nos meses de maio e agosto, vedada a alteração de categoria de DI para TEA e somente após as vagas da contrapartida estiverem totalmente preenchidas. ¹

III - O valor per capita do repasse relativo ao TEA - Transtorno do Espectro Autista será atualizado anualmente com base no mesmo percentual de atualização do per capita DI Deficiência Intelectual previsto em Portaria Interministerial do Governo Federal até o 2º Quadrimestre do exercício anterior a vigência do termo.

¹ Assegurar, dentro de cada exercício, como contrapartida da parceria, matrícula de alunos encaminhados pela SECRETARIA, por meio da Diretoria de Ensino, tendo como limite 10% do total de vagas da parceria.

Em casos excepcionais a bem do serviço público, a Secretária da Educação analisará os casos em que o acréscimo de alunos ocorra fora dos meses indicados.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024, revogando-se a Resolução SEDUC nº 94, de 13-12-2022.

ANEXO

PLANO DE TRABALHO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Amplamente amparada pela Constituição da República de 1988, a educação constitui-se em direito individual fundamental no Estado brasileiro. Irradiando-se pelos sistemas educacionais sob a luz da igualdade e da equidade, o direito à educação envolve ações voltadas à garantia do acesso e da permanência aos estudantes na escola, sejam eles com ou sem deficiência.

Nesse mesmo sentido, apresenta-se o conjunto legal atualmente vigente, assegurando ao discente com deficiência sua participação na sociedade e o exercício de sua cidadania, em condições igualitárias e equânimes. Na seara





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

educacional, as ações devem primar pela inclusão de todas e todos os estudantes, seguindo em harmonia com as diretrizes da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e em consonância à Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão, Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Reconhecendo que a inclusão do discente com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação deve ser a diretriz maior nas ações de políticas públicas, a Secretaria da Educação vem envidando múltiplos esforços para que as escolas da rede pública estadual sejam ambientes cada vez mais inclusivos; e para que, a partir do oferecimento de recursos e apoios, o estudante elegível aos serviços da Educação Especial possa superar barreiras no ambiente escolar. Contudo, ao menos nesse momento em que a sociedade avança para a inclusão aos discentes que apresentam a necessidade de apoio substancial ou muito substancial, cumpre à Secretaria da Educação prover, também, o excepcional e temporário atendimento em instituição especializada.

O trabalho especializado junto aos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista consiste na adoção de métodos, técnicas e recursos que permitam a evolução das potencialidades do estudante com deficiência, inclusive em observância às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, notadamente irradiadas a partir de seus artigos 4º, III, 58, 59 e 60.

² Em atendimento à disposição inserta no inciso I do artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o Item descreve a realidade que o objeto da parceria demonstra o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas.

Nesse âmbito, cabe registrar que há entendimentos diversos acerca da matéria, o que, por vezes, resulta em ordem judicial para custeio público de atendimento aos estudantes com deficiência em instituição privada de ensino.

Por certo, há grande desafio em oferecer a educação básica em instituições especializadas que vem por força judicial em face da premissa maior de inclusão. Por isso, a fim de conjugar todas as ações necessárias, a Secretaria da Educação mantém vínculo de parceria com escolas particulares, nos termos da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, com o objetivo de disponibilizar o atendimento especializado a discentes com Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Autista; ou com Deficiência múltipla, associada a DI e TEA. Esse atendimento é reservado aos casos que exigem apoio substancial e que não se beneficiam da inclusão imediata.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da parceria corresponde a:

Promover a educação básica a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual³ e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, nos termos das normas do Conselho Estadual de Educação - CEE - e do Plano de Trabalho anualmente aprovado pelo Secretário da Educação por meio de Resolução para execução no ano subsequente;

c) Excepcionalmente, admitir-se-á atendimento por meio de atividades pedagógicas não presenciais, em período de pandemia e/ou calamidade pública, conforme orientações do Conselho Estadual de Educação.

3. ESTUDANTES ELEGÍVEIS AOS SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

3.1 Para a escolarização da educação básica:

³ A descrição do apoio permanente-pervasivo e da tipologia deficiência a ser atendida encontra-se no item 4 do Anexo I - Termo de Referência - Estudantes Elegíveis aos Serviços da Educação Especial.

A descrição do apoio substancial ou muito substancial e da tipologia deficiência a ser atendida encontra-se no item 4 do Anexo I - Termo de Referência - Estudantes Elegíveis aos Serviços da Educação Especial.

3.1.1 Estudantes com Deficiência Intelectual ou com deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual que necessitam de apoio permanente-pervasivo que, conforme estabelecido pela Associação Americana de Deficiências Intelectual e do Desenvolvimento (AADID, 2010) , é constante, estável, de alta intensidade e disponibilizado nos diversos ambientes. Como referência, tem-se:

CID	Tipos	Variantes	Sistema de apoio sugerido pela <i>American Association on Mental Retardation</i>
CID 10 F70 Retardo Mental	CID F72 Retardo mental grave Retardo mental grave menção de ausência ou de comprometimento mínimo do comportamento.	F72.0; F72.1; F72.8; F72.9.	São constantes, estáveis e de alta intensidade. Podem ser disponibilizados nos mais diversos ambientes e são utilizados por toda a vida. Podem envolver equipes ou um número grande de pessoas.
	CID F73 Retardo Mental Profundo Retardo mental profundo - comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento.	F73.0; F73.1; F72.8; F73.9.	São constantes, estáveis e de alta intensidade. Podem ser disponibilizados nos mais diversos ambientes e são utilizados por toda a vida. Podem envolver equipes ou um número grande de pessoas.
	CID F78 Outro Retardo Mental.	F78.0; F78.1; F78.8; F78.9.	Podem ser constantes ou com periodicidade determinada, a depender da avaliação pedagógica.
	CID F79 Retardo mental não especificado.	F79.1; F79.8; F79.9.	Podem ser constantes ou com periodicidade determinada, a depender da avaliação pedagógica.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CID 11 6A00 Distúrbios do Desenvolvimento Intelectual	6A00.2 Desordem de desenvolvimento intelectual, grave.	-	São constantes, estáveis e de alta intensidade. Podem ser disponibilizados nos mais diversos ambientes e são utilizados por toda a vida. Podem envolver equipes ou um número grande de pessoas.
	6A00.3 Desordem de desenvolvimento intelectual, profunda.	-	São constantes, estáveis e de alta intensidade. Podem ser disponibilizados nos mais diversos ambientes e são utilizados por toda a vida. Podem envolver equipes ou um número grande de pessoas.
	6A00.Z Transtornos do desenvolvimento intelectual, não especificado.	-	Podem ser constantes ou com periodicidade determinada, a depender da avaliação pedagógica.

American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD). Washington, DC: AAIDD, 2010. Developing Individual Budgets and Reimbursement Levels Using the Supports Intensity Scale. 11 Ed. Disponível em: .

3.1.2. Estudantes com TEA ou deficiência múltipla associada a TEA que necessitam de apoio substancial ou muito substancial, conforme estabelecidos pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V, que apresenta as seguintes definições:

I - Apoio Substancial: Apresentam déficits comunicacionais e ainda, dificuldades nas interações sociais que, em alguns casos, necessitam ser mediadas, no comportamento podem apresentar dificuldades quanto ao foco, atenção e resistência a mudanças de ambiente.

II - Apoio Muito Substancial: Necessitam de muito suporte por apresentarem graves prejuízos nas relações sociais, apresentam dificuldades significativas em relação à mudanças de ambiente ou rotina, necessitando do auxílio de outrem para realização de atividades, inclusive, as de autocuidado e higiene.

As referências são as seguintes:

Nível de Gravidade	Comunicação Social	Comportamentos Repetitivos e Restritos
Nível 3 exigindo apoio muito substancial	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, limitação em iniciar interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restrito-repetitivos que interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento / dificuldade para mudar o foco ou as ações.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Nível 2 exigindo apoio substancial	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal prejuízo social aparente mesmo na presença de apoio, limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem dos outros.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restrito-repetitivos que interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento / dificuldade para mudar o foco ou as ações.
---	---	---

Fonte: (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA), tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento; revisão técnica feita por Aristides Volpato, 2014).

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CID	Tipos	Variantes	Sistema de apoio sugerido pela <i>American Association on Mental Retardation</i>
CID 10 F70 Retardo Mental	CID F72 Retardo mental grave Retardo mental grave menção de ausência ou de comprometimento mínimo do comportamento.	F72.0; F72.1; F72.8; F72.9.	São constantes, estáveis e de alta intensidade. Podem ser disponibilizados nos mais diversos ambientes e são utilizados por toda a vida. Podem envolver equipes ou um número grande de pessoas.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CID F73 Retardo Mental Profundo Retardo mental profundo - comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento.	F73.0; F73.1; F72.8; F73.9.	São constantes, estáveis e de alta intensidade. Podem ser disponibilizados nos mais diversos ambientes e são utilizados por toda a vida. Podem envolver equipes ou um número grande de pessoas.	
CID F78 Outro Retardo Mental.	F78.0; F78.1; F78.8; F78.9.	Podem ser constantes ou com periodicidade determinada, a depender da avaliação pedagógica.	
CID F79 Retardo mental não especificado.	F79.1; F79.8; F79.9.	Podem ser constantes ou com periodicidade determinada, a depender da avaliação pedagógica.	

4. DA FORMA DE EXECUÇÃO (7)

A execução do objeto da parceria, com vista ao cumprimento das metas estabelecidas no Item 6 deste Plano de Trabalho deve ser desenvolvida conforme os seguintes parâmetros:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

4.1 DA ESTRUTURA DA OSC, COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

4.1.1 Do quadro profissional da OSC:

- a) Diretor, exigido para todas as entidades, independentemente do número de estudantes custeados pela Secretaria de Educação;
- b) Coordenador pedagógico, exigido nas entidades que possuem acima de 50 (cinquenta) alunos (poderá trabalhar com Autismo e Deficiência Intelectual, desde que tenha especialização na área que irá atuar);
- c) Professores com Licenciatura em Educação Especial ou Licenciatura em Pedagogia, com especialização em área da Educação Especial;
- d) Professores licenciados e habilitados em todas as disciplinas relativas à etapa de ensino ministrada;
- e) Profissionais de apoio/acompanhantes especializados/cuidadores, com formação mínima correspondente a Ensino Médio completo e curso específico de, no mínimo, de 80 (oitenta) horas para atuar como profissional de apoio/cuidador;
- f) Equipe multidisciplinar composta por psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e, facultativamente, o psicopedagogo. (alt. pela Res. SEDUC 144/2021).

4.1.2. Da estrutura das salas para a educação básica:

- a) quanto aos aspectos físicos, devem ser equipadas de acordo com as características físicas e necessárias ao atendimento dos alunos;
- b) quanto à capacidade, devem ser ocupadas considerando a área mínima de 1m² (um metro quadrado) por aluno, não excedendo mais que 80% do espaço físico da sala de aula.

(7) Em atendimento à disposição inserta no inciso III do artigo 22 da Lei Federal nº13.019, de 31 de julho de 2014, o Item apresenta a forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a eles atreladas.

4.2. DA OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

4.2.1. Do encaminhamento dos estudantes à instituição:

- a) Os estudantes serão encaminhados nominalmente pela Diretoria de Ensino (conforme orientações da SEDUC), para escolarização ofertada pela Instituição Credenciada;
- b) O encaminhamento ao atendimento especializado é excepcional e temporário. Os esforços dos partícipes devem estar no sentido da autonomia e inclusão do educando na sociedade, de modo que os encaminhamentos dos discentes às escolas especializadas consiste na oferta da educação básica no ano/série em que o aluno estiver matriculado;
- c) Os alunos que comprovadamente necessitam da escola especializada, poderão ser matriculados ao longo da vigência, por meio da parceria, acréscimo no limite de até 10% do total de alunos previstos no Plano de Trabalho do ano vigente.

4.2.2. Do atendimento prestado:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- a) A instituição educacional, deverá ofertar a escolarização na etapa de ensino da educação básica autorizada pela Secretaria de Estado da Educação, por intermédio das Diretorias de Ensino, nos termos da Deliberação do Conselho Estadual de Educação-CEE nº138/2016;
- b) A distribuição poderá ser realizada em classes multisseriadas, desde que, na Secretaria Escolar Digital - SED e nos documentos escolares haja indicação de ano e série correspondentes à etapa cursada pelos estudantes;
- c) Em relação ao novo ensino médio, a entidade parceira poderá ofertar o itinerário formativo relativo à educação profissional;
- d) Os aspectos pedagógicos e a metodologia devem estar adequados às especificidades dos estudantes descritos no item 3 deste Plano de Trabalho;
- e) Para a formação das classes conforme a faixa etária deve ser observada a defasagem entre os estudantes, podendo ser considerada uma diferença de, no máximo, 4 (quatro) anos entre os pares na mesma classe;
- f) Excepcionalmente, a diferença etária de até 5 (cinco) anos de idade, desde que essa acomodação seja tecnicamente justificada pela instituição parceira, conte com parecer favorável da equipe de Educação Especial da Diretoria de Ensino, anuência do gestor da parceria e decisão favorável do Dirigente de Ensino;
- g) A instituição de ensino ainda se obriga, por intermédio de sua equipe multidisciplinar, a acompanhar a evolução pedagógica do estudante, bem como confeccionar os relatórios circunstanciados do aluno. Considerando que as atribuições dessa equipe não incluem o atendimento clínico-terapêutico de que os alunos eventualmente necessitem, a OSC deverá orientar as famílias quanto aos recursos da comunidade disponíveis para esse atendimento, principalmente quanto aos serviços de responsabilidade das Secretarias da Saúde e da Assistência Social.

4.2.3. Da composição das classes para oferta da educação básica:

- a) estudante com deficiência intelectual ou deficiência múltipla associada à deficiência intelectual, sendo que as classes:
 - a.1) poderão ter no mínimo 6 (seis) e máximo 16 (dezesesseis) alunos;
 - a.2) devem contar com 01 (um) professor especializado na área da deficiência;
 - a.3) devem contar com profissionais de apoio escolar/cuidadores (conforme previsão da Lei Federal nº 13.146/15) suficientes para higiene, alimentação, locomoção e para apoio nas atividades escolares, conforme número de estudantes.
- b) ao estudante com TEA ou TEA associado à deficiência intelectual, sendo que:
 - b.1) aos estudantes que exigem apoio substancial: no máximo 6 (seis) alunos por classe;
 - b.2) aos estudantes que exigem apoio muito substancial: no máximo 4 (quatro) alunos por classe;
 - b.3) as classes devem contar com 01 (um) professor especializado em TEA;
 - b.4) as classes devem contar 01 (um) acompanhante especializado/profissional de apoio escolar/cuidador (conforme previsão das Leis Federais e nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015) para cada 3 (três) alunos, suficientes para higiene, alimentação, locomoção e para apoio nas atividades escolares, conforme número de estudantes.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

4.2.4. Do projeto pedagógico/proposta pedagógica da OSC:

O projeto pedagógico/proposta pedagógica da OSC deverá:

- a)** prever a inclusão do estudante atendido pela OSC nas escolas da rede pública, visando ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho vigente para o ano da parceria;
- b)** prever a preparação do aluno para inserção no mundo do trabalho, aplicando-se o artigo 8º da Deliberação CEE nº149/2016, homologada pela Resolução, de 8-12-2016;
- c)** prever educação voltada para o trabalho e/ou ensino profissionalizante aos alunos com Deficiência Intelectual ou Deficiência Múltipla associada à Deficiência Intelectual ou com Transtorno do Espectro Autista, ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, concomitantemente à educação básica, a partir de 15 anos;
- d)** prever a certificação da educação básica;
- e)** prever a possibilidade de ensino remoto ou híbrido a ser oferecido nos períodos necessários à prevenção de contágio de pandemias ou de calamidade pública;
- f)** prever ações educacionais em conformidade com o Currículo Paulista, voltadas a desenvolver no educando as capacidades nas áreas de interação social, comunicação e comportamento, visando à melhoria em sua socialização, seu desenvolvimento psicossocial, autocuidado e sua autonomia;
- g)** prever na proposta pedagógica métodos e programas pedagógicos adequados e específicos a todos os estudantes, sendo que, para os casos de transtorno do espectro autista, podem ser utilizados, entre outros: *Picture Exchange Communication System (PECS)*, *Applied Behavior Analysis (ABA)*, *Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children (TEACCH)*.

5. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Além dos compromissos assumidos por meio do Termo de Referência e Plano de Trabalho vigente para o ano da parceria, em decorrência da Lei federal nº 13.019/14, do Decreto estadual nº 61.981, de 20 de maio de 2016 e do Decreto 62.294/16, configuram-se em responsabilidades e obrigações:

5.1. Da Secretaria da Educação, por meio da Diretoria de Ensino, nos termos da Resolução SEDUC nº 51, de 29 de junho de 2022 e conforme inciso I da Cláusula Segunda da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto 62.294/16:

- a)** aprovar o quadro docente da OSC, responsável pela execução do objeto do Ajuste;
- b)** encaminhar à OSC os educandos referidos no objeto executado, cuja avaliação pedagógica assim o recomendar;
- c)** acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações necessárias à execução do objeto da parceria;
- d)** repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;

Conforme disposição do inciso II, do artigo 59, da Lei Federal nº 9.394/96 e artigo 7º da Deliberação CEE nº 149/2016,





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

homologada pela Resolução, de 8-12-2016.

- e)** manter, no Portal de Parcerias da Secretaria de Governo, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- f)** publicar, no Diário Oficial do Estado, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, o nome do gestor da parceria e do signatário representante da OSC;
- g)** instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), por ato da autoridade competente, a ser publicado no Diário Oficial do Estado em conformidade com artigo 2 inciso XI e realizar o monitoramento e avaliação na forma do artigo 59, da Lei federal nº13.019/14 e constante do §1º da Cláusula Quarta do termo de colaboração celebrado entre as partes, conforme minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16;
- h)** analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- i)** emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;

5.2 da OSC, nos termos do inciso II da Cláusula Segunda da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto 62.294/1:

- a)** ministrar a modalidade de ensino prevista na Cláusula Primeira, na forma da legislação vigente, de acordo com as diretrizes traçadas pela SECRETARIA, bem como contratar o corpo docente e técnico necessário, assegurando o atendimento socioeducacional aos educandos;
- b)** garantir vagas aos alunos encaminhados pela Secretaria da Educação, em qualquer época do ano;
- c)** encaminhar à Secretaria da Educação os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção em classes comuns da rede estadual, dando continuidade ao atendimento clínico-terapêutico que recebiam na OSC;
- d)** realizar o cadastramento com nomes completos dos alunos beneficiados na parceria junto à Secretaria da Educação, de acordo com os critérios estabelecidos, mantendo-o atualizado;
- e)** garantir educação especial para o trabalho aos alunos com Deficiência Intelectual ou Deficiência Múltipla associada à Deficiência Intelectual ou com Transtorno do Espectro Autista, ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, concomitantemente à educação básica, a partir de 15 anos, bem como proporcionar iniciação à educação profissional para aqueles que receberem a conclusão específica;
- f)** assegurar, gratuitamente, aos professores da rede estadual de ensino, que lecionam para alunos com deficiência, 10% (dez por cento) das vagas nos cursos oferecidos pela OSC, em suas áreas específicas;
- g)** assegurar, dentro de cada exercício, como contrapartida da parceria, matrícula de alunos encaminhados pela SECRETARIA, por meio da Diretoria de Ensino, tendo como limite 10% do total de vagas da parceria;
- h)** assegurar às autoridades da SECRETARIA o acesso ao acompanhamento e a avaliação das atividades escolares desenvolvidas na OSC;
- i)** manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária, aberta junto ao Banco do Brasil, observado o disposto no artigo 51 da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- j)** manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto da parceria;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

k) apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, elaborados eletronicamente por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico da SECRETARIA e contendo:

1. demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência; e
2. comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

l) prestar contas, eletronicamente, por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico da SECRETARIA, da totalidade das operações patrimoniais e resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

m) divulgar, no seu sítio eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pela SECRETARIA, todas as parcerias celebradas com essa última, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;

n) indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da CMA, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de assinatura deste instrumento;

o) executar o plano de trabalho - isoladamente ou por meio de atuação em rede, na forma do artigo 35-A, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

p) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

q) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas da SECRETARIA;

r) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante a SECRETARIA e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

s) permitir e facilitar o acesso de agentes do ESTADO, membros dos conselhos gestores da política pública, quando houver, da CMA e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto;

t) apresentar à Diretoria de Ensino relatórios pedagógicos parciais e finais para acompanhamento e aprovação dos serviços executados. Após o início da execução dos planos de trabalho, as entidades deverão encaminhar semestralmente os relatórios parciais dos trabalhos desenvolvidos e das metas atingidas;

u) atender a todos os regramentos pertinentes às instituições privadas vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, considerando inclusive, a possibilidade de ensino remoto, quando diante de pandemias ou calamidade pública.

6. DAS METAS

Meta 1 - Atender 100% (cem por cento) dos estudantes encaminhados pela Diretoria de Ensino à OSC para a educação básica em âmbito da parceria, com qualidade.

Meta 2 - Oferecer apoio contínuo na educação básica, criando um processo facilitador de aprendizagem ao estudante, de modo a promover estratégias de ensino aptas ao desenvolvimento de suas habilidades, de





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

modo a:

Meta 2 - Atingir, no mínimo, 80% de índice positivo na pesquisa de satisfação da população atendida para a educação básica, que será efetuada pela Diretoria de Ensino, conforme previsto no artigo 58 § 2º da Lei 13.019/2014.

Em atendimento à disposição inserta no inciso II do artigo 22 da Lei Federal nº13.019/14, o Item descreve as metas a serem atingidas e as atividades que serão executadas.

7. DOS PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DAS METAS¹

Para a aferição do cumprimento das metas constante no item 5 deste Plano de Trabalho, a OSC deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios à Diretoria de Ensino:

Meta 1 - Matrícula dos estudantes encaminhados pela Diretoria de Ensino à OSC para a oferta da educação básica, por meio da Secretaria Escolar Digital - SED.

Meta 3 - Avaliação por meio de formulário físico ou digital, a ser preenchido pelos pais/responsáveis quanto à educação básica, três meses antes do término da vigência da parceria.

8. DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

8.1. Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos por responsável designado pelo Dirigente Regional de Ensino (Resolução SEDUC nº 51, de 29 de junho de 2022) em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei federal nº13.019/14 e constante do §1º da Cláusula Quarta do termo de colaboração celebrado entre as partes, conforme minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16;

8.2. Nos termos do parágrafo único da Cláusula Décima Segunda da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16, a Comissão de Monitoramento e Avaliação definirá a periodicidade e a quantidade dos relatórios técnicos que devem ser emitidos pelo responsável designado pelo Dirigente Regional de Ensino (Resolução SEDUC nº 51, de 29 de junho de 2022) em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei federal nº 13.019/14.

8.2.1 A Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA será composta por representantes da Equipe de Supervisão de Ensino e do Núcleo de Finanças da Diretoria de Ensino responsável pela área em que se localizar a OSC e seus membros serão designados pelo Dirigente Regional de Ensino competente, nos termos do parágrafo único da Cláusula Décima Terceira da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16;

¹ Em atendimento à disposição inserta no inciso IV do artigo 22 da Lei Federal nº13.019/14, o Item apresenta a definição dos parâmetros que serão adotados para a aferição do cumprimento das metas.

8.2.2 As atribuições da CMA seguirão o disposto nos incisos I a VI da Cláusula Décima Terceira da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16.

9. DOS REPASSES À ENTIDADE PARCEIRA

9.1. Nos termos do artigo 2º, inciso II, do Decreto nº 62.294/16, a Secretaria da Educação realizará a



SEDUCMIN2024001765DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

transferência dos recursos financeiros à entidade parceira para pagamento da remuneração dos profissionais encarregados da execução do objeto do ajuste, bem como para atender a outras despesas previstas no artigo 46 da Lei federal nº 13.019/14, desde que incluídas no respectivo plano de trabalho;

9.2. Nos termos do artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 62.294/16, o cálculo da quantia a ser transferida corresponderá à multiplicação do número de alunos cadastrados e matriculados na entidade parceira, pelo valor fixado pela Secretaria da Educação, a ser estimado no ano anterior ao do exercício a que se destina o correspondente repasse, adotando-se como parâmetro o valor anual por aluno, na modalidade educação especial, previsto para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, sendo que para o desenvolvimento da educação básica (escolarização), o repasse será de 100% (cem por cento) do FUNDEB.

9.3. Nos termos do artigo 3º do Decreto nº 62.294, de 6 de dezembro de 2016, com redação alterada pelo Decreto 63.934, de 17 de dezembro de 2018, a transferência de recursos financeiros, será efetuada em 4 (quatro) parcelas, nos meses de janeiro, março, junho e setembro, sendo que:

a) os referidos recursos não sofrerão reajustes durante o exercício, em conformidade com artigo 3º do Decreto nº 62.294, de 6 de dezembro de 2016;

b) o repasse da parcela prevista para o mês de janeiro está condicionado à prévia edição do decreto de execução orçamentária do respectivo exercício.

10. DA PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS ¹¹

Em relação à previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades objeto da presente parceria, consigna-se que no presente exercício:

a) as receitas correspondem a **150010001 - Tesouro**

b) as despesas irão onerar o crédito orçamentário nº **080010**, de classificação funcional programática nº **12.367.0800.5156** e categoria econômica nº **335043 - Subvenções Sociais**, permanecendo relacionadas ao Plano de Aplicação Financeira correspondente ao Anexo VIII.

¹¹ Conforme o inciso II-A do artigo 22 da Lei Federal nº 13.019/14, o Item apresenta a previsão de receitas e de despesas que serão realizadas na execução das atividades abrangidas pela parceria.

11. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. A prestação de contas seguirá as disposições do Capítulo IV da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do artigo 8º do Decreto estadual nº 61.981, de 20 de maio de 2016, do Decreto nº 62.294/16, alterado pelos Decretos nº 63.934/18 e 66.743/22;

11.2. A prestação de contas deverá ser elaborada pela OSC e apresentada à Secretaria na forma discriminada pela Cláusula Sexta do termo de colaboração anexo Decreto nº 62.294/16, observando-se o Capítulo IV da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o artigo 8º do Decreto estadual nº 61.981, de 20 de maio de 2016, e demais legislação e regulamentação aplicáveis, sendo que:

a) Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o número do processo administrativo de referência, e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas ou da





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSC;

b) Sem prejuízo da plena observância dos normativos e do cumprimento das instruções oriundas da Secretaria de Educação e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a OSC prestará contas em conformidade ao parágrafo quarto da Cláusula Sexta da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16, devendo sempre conter a documentação comprobatória (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos conforme previsão no plano de trabalho, devidamente acompanhado dos relatórios de:

b.1 execução do objeto e de execução financeira;

b.2 extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período;

b.3 relatório de receita e de despesas e relação nominal dos atendidos.

11.3. Os prazos da prestação de contas, em cumprimento ao parágrafo quarto da Cláusula Sexta da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16 (alterado pelos Decretos nº 63.934/18 e 66.743/22), serão:

a. prestação de contas parcial: até 15 (quinze) dias antes do repasse da parcela seguinte (segunda, terceira e quarta);

b. Prestação de contas anual: até 31 (trinta e um) de janeiro do exercício subsequente;

c. Prestação de contas final: até 90 (noventa) dias, contados do término de vigência da parceria;

11.4. Nos termos do parágrafo quinto da Cláusula Sexta da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16, apresentada a prestação de contas parcial e anual, emitir-se-á pareceres:

a. técnico, acerca da execução física e atingimento dos objetivos da parceria;

b. financeiro, acerca da correta e regular aplicação dos recursos da parceria;

11.5. Em relação aos gastos efetivados pela OSC em âmbito da parceria:

a. Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria, conforme disposição do parágrafo sexto da Cláusula Sexta da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16;

b. As despesas em desacordo com o plano de trabalho vigente para a parceria e aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração não poderão ser pagas com recursos da parceria, nos termos do parágrafo sétimo da Cláusula Sexta da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16;

11.6. A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes da Secretaria da Educação, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas, conforme disposto pelo parágrafo oitavo da Cláusula Sexta da minuta-padrão constante do Anexo do Decreto nº 62.294/16.

12. DOS ADENDOS

Integram o presente Plano de Trabalho:

Adendo I - Gestores e fiscais da parceria;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Adendo II - Atendimento a ser realizado pela OSC em 2024;

Adendo III - Lista de todos os estudantes atendidos na Educação Básica por meio do termo de colaboração 2024;

Adendo IV - Quadro Resumo dos atendimentos prestados para a Educação Básica;

Adendo V - Dos recursos humanos: equipe da OSC envolvida na execução da parceria para execução da educação básica;

Adendo VI - Plano de Aplicação de Recursos;

Adendo VII - Quadro de Desembolso.

São Paulo, 29 de Agosto de 2024

CESAR LUCAS VENDRAME
Dirigente Regional de Ensino
Diretoria de Ensino Tupã

JEFERSON APARECIDO NUNES
PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS



Assinado com senha por: CESAR LUCAS VENDRAME - 28/08/2024 às 16:51:07
Assinado com senha por: JEFERSON APARECIDO NUNES - 29/08/2024 às 08:47:55
Documento N°: 3120655A3970612 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3120655A3970612>



SEDUCMIN2024001765DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ADENDO I

GESTORES E FISCAIS DA PARCERIA

Gestores e fiscais da parceria, conforme Cláusula Quarta do termo de colaboração

Gestor da Parceria pela SEDUC

Nome: Nair Leôncio Porfírio

CPF: 924.631.698-34

R.G.: 16.543.715

Cargo: Supervisor de Ensino

Fiscal Pedagógico da Parceria pela SEDUC

Nome: Mariângela de Oliveira Lima Rodrigues

CPF: 078.962.568-78

R.G.: 11.098.797-X

Cargo: professor Especialista em Currículo

Fiscal Administrativo da Parceria pela SEDUC

Nome: Inês Caldeira dos Santos Bernardo

CPF: 040.591.818-62

R.G.: 14.883,553-3

Cargo: Diretor Técnico II

Gestor da Parceria pela Organização da Sociedade Civil

Nome: Jefferson Aparecido Nunes

CPF: 116.284.458-23

R.G.: 20.631.744

Cargo: Representante da Entidade - Presidente





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

CESAR LUCAS VENDRAME
Dirigente Regional de Ensino
Diretoria de Ensino Tupã

JEFERSON APARECIDO NUNES
PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS



Assinado com senha por: CESAR LUCAS VENDRAME - 28/08/2024 às 16:51:44
Assinado com senha por: JEFERSON APARECIDO NUNES - 29/08/2024 às 08:49:17
Documento N°: 3120661A3970617 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3120661A3970617>



SEDUCMIN2024001766DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ADENDO II

ATENDIMENTO A SER REALIZADO PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL-2024

Sigla/denominação: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS

CNPJ: 02.006.163/0001-07 Natureza Jurídica: Associação Privada - Serviços de Assistência Social sem alojamento

Rua: Chácara Vale do Sonho CEP: Cidade: BASTOS / Estado: São Paulo

Telefone: (14) 3478-6019 e-mail: apaebastos@hotmail.com

Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do Credenciamento:

Data: 19/12/21 Folhas: 131 - Seção I - DOE

1. PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA:

ESCOLARIZAÇÃO OFERECIDA PELA OSC CONFORME TIPOLOGIA DA DEFICIÊNCIA	
Tipologia (s) de Deficiência (s)	Assinalar a Deficiência
DI ou Múltipla Associada à DI	()
TEA ou Múltipla Associada ao TEA	(x)

ESCOLARIZAÇÃO - DI ou Múltipla associada à DI (Etapa da escolarização a ser ofertada)	Total de Vagas	Vagas para SEDUC
Ensino Fundamental I		



SEDUCMIN2024001767DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Ensino Fundamental II		
Ensino Médio		
EJA		

ESCOLARIZAÇÃO - TEA ou Múltipla associada ao TEA (Etapa da escolarização a ser ofertada)	Total de Vagas	Vagas para SEDUC
Ensino Fundamental I	1	1
Ensino Fundamental II		
Ensino Médio		
EJA		

CESAR LUCAS VENDRAME
Dirigente Regional de Ensino
Diretoria de Ensino Tupã

JEFERSON APARECIDO NUNES
PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS



Assinado com senha por: CESAR LUCAS VENDRAME - 28/08/2024 às 16:52:37
Assinado com senha por: JEFERSON APARECIDO NUNES - 29/08/2024 às 08:50:28
Documento N°: 3120670A3970625 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3120670A3970625>



SEDUCMIN2024001767DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ADENDO IV

QUADRO RESUMO DOS ATENDIMENTOS PRESTADOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

1 - Deficiência Intelectual ou Deficiência Múltipla associada à Deficiência Intelectual

(no máximo dezesseis estudantes por classe)

Turnos	Quantidade de Classes	Total de Estudantes Atendidos
Manhã	1	1
Tarde		
Total	1	1

2 - Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao TEA

2.1 - Apoio substancial (no máximo seis estudantes por classe)

Turnos	Quantidade de Classes	Total de Estudantes Atendidos
Manhã	1	1
Tarde		
Total	1	1



SEDUCMIN2024001769DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.2 - Apoio muito substancial (no máximo quatro estudantes por classe)

Turnos	Quantidade de Classes	Total de Estudantes Atendidos
Manhã		
Tarde		
Total		

Total de estudantes com deficiência intelectual ou deficiência múltipla associada à deficiência intelectual	
Total de estudantes com transtorno do espectro autista ou deficiência múltipla associada ao transtorno do espectro autista	1

CESAR LUCAS VENDRAME
Dirigente Regional de Ensino
Diretoria de Ensino Tupã

JEFERSON APARECIDO NUNES
PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS



Assinado com senha por: CESAR LUCAS VENDRAME - 28/08/2024 às 16:54:56
Assinado com senha por: JEFERSON APARECIDO NUNES - 29/08/2024 às 08:52:43
Documento N°: 3120681A3970637 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3120681A3970637>



SEDUCMIN2024001769DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



ADENDO V

a) Dos Recursos Humanos

Quadro de Profissionais da Organização da Sociedade Civil		
Profissional	Quantidade	Documentos de referência dos profissionais
Equipe da Organização da Sociedade Civil envolvida na execução da parceria para atendimento à educação básica		
Diretor (Exigência para todas as entidades, independentemente do número de estudantes custeados pela Secretaria de Educação)	()	
Coordenador Pedagógico (Exigido nas entidades que possuem acima de cinquenta estudantes (poderá trabalhar com transtorno do espectro autista ou deficiência intelectual desde que tenha especialização na área que irá atuar)	()	
Professores Especialistas para a educação básica (conforme a etapa de ensino que será oferecida pela unidade escolar vinculada à Organização da Sociedade Civil com indicação por disciplina)	()	
Profissional de Apoio (Cuidador) (conforme o número de estudantes atendidos)	()	
Psicólogo (integrante da equipe multidisciplinar)	()	
Psicopedagogo (integrante da equipe multidisciplinar)	()	
Fonoaudiólogo (integrante da equipe multidisciplinar)	()	



SEDUCMIN2024001770DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Terapeuta ocupacional (integrante da equipe multidisciplinar)	()	
Outros profissionais (comprovadamente contratados pela Organização da Sociedade Civil desde que estejam encarregados pela execução do objeto)	()	

CESAR LUCAS VENDRAME
Dirigente Regional de Ensino
Diretoria de Ensino Tupã

JEFERSON APARECIDO NUNES
PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS



Assinado com senha por: CESAR LUCAS VENDRAME - 28/08/2024 às 16:56:00
Assinado com senha por: JEFERSON APARECIDO NUNES - 29/08/2024 às 09:01:01
Documento N°: 3120697A3970664 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3120697A3970664>



SEDUCMIN2024001770DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ADENDO VI

Plano de Aplicação de Recursos

Recursos Aplicados	ITENS DE DESPESA	Valores (R\$)
Pessoal	<p>Conforme artigo 46, inciso I, II, III da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.</p> <p>Serão aceitas na prestação de contas as seguintes despesas:</p> <p>a) Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho constantes do Anexo II, inclusive de pessoal próprio da Organização da Sociedade Civil, durante a vigência da parceria compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;</p> <p>b) Aquisição de equipamentos de proteção individual necessários ao enfrentamento de pandemias e calamidades públicas, de acordo com o protocolo sanitário estabelecido, tais como máscara de tecido, máscara facial de acrílico e luvas.</p>	4.668,66
Administrativas	<p>Conforme artigo 46, inciso IV da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.</p> <p>Serão aceitas na prestação de contas as seguintes despesas: água, luz, telefone, limpeza.</p> <p>Aquisição de itens e materiais necessários ao enfrentamento da pandemia do ?coronavírus?, de acordo com o protocolo sanitário estabelecido pelo Plano São Paulo, tais como: álcool gel, token, sabonete líquido e termômetro.</p>	
Total	Atendimento à legislação vigente	4.668,66





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Regramento:

1. É permitido o remanejamento de recursos entre os itens de despesas (pessoal e administrativas), desde que se aplique o valor mínimo exigido com despesas de pessoal.

CESAR LUCAS VENDRAME
Dirigente Regional de Ensino
Diretoria de Ensino Tupã

JEFERSON APARECIDO NUNES
PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS



Assinado com senha por: CESAR LUCAS VENDRAME - 28/08/2024 às 16:57:19
Assinado com senha por: JEFERSON APARECIDO NUNES - 29/08/2024 às 09:01:41
Documento N°: 3120698A3970667 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3120698A3970667>



SEDUCMIN2024001771DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ADENDO VII

Do Quadro de Desembolso (parcelas iguais)

Em atendimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 62.294, de 06 de dezembro de 2016 e nos termos do § 3º da Cláusula Quinta do termo de colaboração:

Meses	Desembolso
Janeiro	R\$ 0,00
Março	R\$ 0,00
Junho	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 4.668,66
Total	R\$ 4.668,66

CESAR LUCAS VENDRAME
Dirigente Regional de Ensino
Diretoria de Ensino Tupã

JEFERSON APARECIDO NUNES
PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS



Assinado com senha por: CESAR LUCAS VENDRAME - 28/08/2024 às 16:58:00
Assinado com senha por: JEFERSON APARECIDO NUNES - 29/08/2024 às 09:02:12
Documento N°: 3120702A3970674 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3120702A3970674>



SEDUCMIN2024001772DM

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA CEE-GP 324/2024

Portaria CEE-GP 324, de 02/09/2024

O Presidente do Conselho Estadual de Educação, nos termos do Decreto 9.887/1977 e, considerando o contido no Parecer CEE 320/2024, homologado conforme Resolução Seduc de 30/08/2024, publicada no DOESP de 02/09/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por cinco anos, com fundamento nas Deliberações CEE 171/2019 e 154/2017, o Reconhecimento do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

Art. 2º As atividades de extensão deverão estar incorporadas ao histórico escolar para os ingressantes a partir de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

RETIFICAÇÃO - COMPLEMENTAÇÃO DOS DADOS DA PORTARIA

Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza" - EFAPE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA DO COORDENADOR

RETIFICAÇÃO - COMPLEMENTAÇÃO DOS DADOS

RETIFICANDO com a COMPLEMENTAÇÃO DOS DADOS a Portaria de Autorização do Coordenador de 02/08/2024, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na Edição de 05 de agosto de 2024.

Onde se lê: Autorizando nos termos das Resoluções SE 62 e 63, de 11/12/2017, o seguinte Curso de Atualização, proposto e executado por Órgãos da Estrutura Básica da Secretaria da Educação: Órgão Proponente - Órgão Executor - nº do Processo - Nome do Curso - Público-Alvo - Carga Horária - Período de Realização - Local de Realização.

Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação-EFAPE - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação-EFAPE - SEI-015.00515557/2024-58 - Alfabetiza Juntos SP - 1ª Edição/2024 - Todos os servidores das Redes Municipais de Ensino do Estado de São Paulo - 60h - de 05/08/2024 a 22/12/2024 - Plataforma AVA-EFAPE Municípios, acesso no endereço, link: https://avaefapemunicipios.educacao.sp.gov.br/login/index.php.

Leia-se: AUTORIZANDO a RETIFICAÇÃO com a COMPLEMENTAÇÃO DOS DADOS nos termos das Resoluções SE-62 e SE-63, de 11/12/2017, o Curso de Atualização, proposto e executado por Órgãos da Estrutura Básica da Secretaria da Educação: Órgão Proponente - Órgão Executor - nº do Processo - Nome do Curso - Público-alvo - Carga Horária - Local de Realização - Período de Realização.

Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação-EFAPE - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação-EFAPE - SEI-015.00515557/2024-58 - Alfabetiza Juntos SP - 1ª Edição/2024 - Todos os servidores das Redes Municipais de Ensino do Estado de São Paulo - 60h - de 05/08/2024 a 22/12/2024 - Plataforma AVA-EFAPE Municípios, acesso no endereço, link: https://avaefapemunicipios.educacao.sp.gov.br/login/index.php.

COMPLEMENTANDO com os ACRÉSCIMOS DOS DADOS:

- público-alvo da SEDUC-SP, Quadro do Magistério-QM, Coordenador de Equipe Curricular, Coordenador de Gestão Pedagógica Geral, Coordenador de Gestão Pedagógica Por Área de Conhecimento, Coordenador de Gestão Pedagógica, Diretor de Escola/Escolar, Dirigente Regional de Ensino, Docente Responsável pela Gestão de Sala ambiente de leitura, Professor da Sala de Recurso, Professor de Educação Básica I-PEB I, Professor Especialista em Currículo, Supervisor de Ensino/Educacional e Vice-diretor escolar/Vice diretor de escola;

- local de realização acesso na Plataforma AVA-EFAPE SEDUC SP, no endereço, link: https://avaefape2.educacao.sp.gov.br/login/index.php;

- período de realização de 03/09/2024 até 22/12/2024.

Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares

COMUNICADO, Processo: 015.00460220/2024-04

Ata de Registro de Preços 36/00564/23/05

Processo: 015.00460220/2024-04

Objeto: 9 – AB-08 ARM BAIXO DE MADEIRA C/ 2 PRAT E RODÍZIOS, COR CINZA/LARANJA UGE: 080358

Programa de Trabalho: 12.368.0815.6174.0000

Fonte: 155.050.001

Natureza de Despesa: 44905232

Nº Empenho: 2024NE27098

Contratada: MAQMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

CNPJ: 54.826.367/0004-30

Valor Total: R\$ 13.432,50

Data do Empenho: 15/08/2024

Assinatura OF: 27/08/2024

Prazo da Vigência da OF: 25/09/2024



Este documento pode ser verificado pelo código E.2024.09.03.1.28.1 em http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade

Gestor: Bruno Silva Zygmantas Santos, Diretor Técnico III, RG 43.933.030-0

Suplente: Devanil Borges Junior, Professor PEB II, RG19.459.981-4

Coordenadoria de Orçamento e Finanças

TERMOS Nº 154, DE 2 DE SETEMBRO DE 2024

Termo de Cooperação Técnica

Processo: SEI: 015.00194858/2024 - 33

Parecer CJ/SEDUC nº 197/2024, emitido em 03/04/2024

Parecer CJ/SSP nº 859/2024, emitido em 31/07/2024

Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e Decreto Estadual nº 66.173, de 26 de outubro de 2021.

Participes: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC e a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo - SSP.

Objeto: A parceria tem por objetivo, a cooperação técnica entre as Secretarias, tendo como finalidade o compartilhamento de informações e dados.

Valor: Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os participantes para a execução do presente Termo de Cooperação técnica.

Prazo de vigência: O presente ajuste, terá a vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura de 21/08/2024 a 20/08/2029.

Data da assinatura: 21/08/2024

TERMOS Nº 159, DE 2 DE SETEMBRO DE 2024

TERMO DE COLABORAÇÃO

Celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Colaboração, objetivando o atendimento de alunos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

Parecer Referencial CJ/SE nº 29/2024, emitido em 26 de julho de 2024.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, de 14 de dezembro de 2015, bem como pelos Decretos nº 61.981/2016, nº 62.294/2016, nº 63.934/2018 e nº 66.743/2022.

Objeto: A suplementação dos recursos financeiros para o atendimento de alunos com graves deficiências que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

As parcerias encontram - se vigentes até 31/12/2024.

Data da assinatura: 30/08/2024

Conveniente: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e as Organizações da Sociedade Civil - OSC, abaixo relacionados:

PROCESSO	DEMANDA	ENTIDADE	VALOR	TOTAL DA PARCERIA
SEDUC-PRC-2023-01011-DM	75135	ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIENCIA - APRAESPI	R\$ 42.017,90	R\$ 3.801.282,26
SEDUC-PRC-2023-01012-DM	75164	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO GRANDE DA SERRA	R\$ 14.005,97	R\$ 1.240.061,97
SEDUC-PRC-2023-01014-DM	75165	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAUÁ	R\$ 60.692,52	R\$ 1.685.950,84
SEDUC-PRC-2023-00838-DM	76351	APROXIMAR CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$ 70.029,83	R\$ 70.029,83
SEDUC-PRC-2023-00741-DM	76372	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SUMARÉ	R\$ 56.023,86	R\$ 1.942.065,76
SEDUC-PRC-2023-00946-DM	76377	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE QUATÁ	R\$ 9.337,31	R\$ 287.496,99
SEDUC-PRC-2023-00892-DM	76382	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BASTOS	R\$ 4.668,66	R\$ 242.268,32
SEDUC-PRC-2023-00753-DM	76396	CASA DA CRIANÇA DE BARRA BONITA	R\$ 4.668,66	R\$ 463.790,40
SEDUC-PRC-2023-00926-DM	76398	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	R\$ 9.337,31	R\$ 858.029,03

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).



		DE TAQUARITINGA		
SEDUC-PRC-2023-00915-DM	76401	ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PEDRO DE TOLEDO	R\$ 9.337,31	R\$ 318.424,67
SEDUC-PRC-2023-00821-DM	76414	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BOFETE	R\$ 23.343,28	R\$ 188.180,40
SEDUC-PRC-2023-00735-DM	76416	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARIRI	R\$ 4.668,66	R\$ 520.451,68
SEDUC-PRC-2023-00758-DM	76417	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BROTAS	R\$ 9.337,31	R\$ 518.675,09
SEDUC-PRC-2023-00763-DM	76418	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOIS CÔRREGOS	R\$ 9.337,31	R\$ 355.112,81
SEDUC-PRC-2023-00769-DM	76419	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPUÍ	R\$ 4.668,66	R\$ 387.155,98
SEDUC-PRC-2023-00945-DM	76420	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TORRINHA	R\$ 14.649,31	R\$ 422.256,49
SEDUC-PRC-2023-00898-DM	76432	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE DIADEMA	R\$ 14.005,97	R\$ 1.308.881,59
SEDUC-PRC-2023-00956-DM	76443	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BERNARDINO DE CAMPOS	R\$ 3.541,33	R\$ 254.668,89
SEDUC-PRC-2023-00794-DM	76460	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RINCÃO	R\$ 4.668,66	R\$ 265.452,24
SEDUC-PRC-2023-00796-DM	76475	LAR MÃE DO DIVINO AMOR	R\$ 23.343,28	R\$ 1.604.878,16

Diretorias de Ensino

Diretoria de Ensino - Região Centro

Portaria do Dirigente Regional de Ensino de 02/09/2024

O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação CEE 10/1997 e Deliberação CEE 138/2016, à vista do Protocolado SEI 015.00575982/2024-04, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino **Brasil Canadá Bilingual Education (CIE 801773)**, situado à Rua Airosa Galvão, 127, com Extensão na Rua Desembargador Guimarães, 66, Água Branca, CEP: 05002-070, São Paulo/SP e Prédio Contíguo na Rua Airosa Galvão, 139, Água Branca, CEP: 05002-070, São Paulo/SP, mantido por Colégio Brasil Canadá Ltda. EPP, CNPJ 04.114.939/0001-38, que prevalecerá sobre o anteriormente aprovado por Portaria do Dirigente Regional de Ensino - Região Centro de 04/11/2020, publicado no DOE de 05/11/2020 - Sç. I - Pg. 30.

Artigo 2º - A Diretoria de Ensino da Região Centro, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria DRE 39, de 02/09/2024.

O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 64.187/2019 e a Resolução SE 51/2017, com fundamento na Deliberação CEE nº 138/2016 e pela Indicação CEE nº 141/2016 e demais normas vigentes, à vista do Processo SEI 015.00575941/2024-18, expede a presente Portaria:



Este documento pode ser verificado pelo código [E.2024.09.03.1.28.1](http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade) em <http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade>

Artigo 1º - O Estabelecimento de Ensino **Colégio Brasil Canadá (CIE 801773)**, situado à Rua Airosa Galvão, 127, com Extensão na Rua Desembargador Guimarães, 66, Água Branca, CEP: 05002-070, São Paulo/SP e Prédio Contíguo na Rua Airosa Galvão, 139, Água Branca, CEP: 05002-070, São Paulo/SP, mantido por Colégio Brasil Canadá Ltda. EPP, CNPJ 04.114.939/0001-38, autorizada a funcionar por Portaria do Dirigente Regional de Ensino - DE Centro, de 16/03/2001 e publicado no DOE de 17/03/2001 - Seção I - Pg 18, passa a denominar-se: **Brasil Canadá Bilingual Education**.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria DRE 40, de 02/09/2024

O Dirigente Regional de Ensino com fundamento na Deliberação CEE nº 138/2016 e à vista do Processo SEI 015.00543647/2024-39, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica *autorizado* a ampliação de prédio já autorizado (2 salas de atendimento educacional), junto ao Estabelecimento de ensino **Centro Educacional Associação dos Amigos da Criança Autista Nathalia Boralli (CIE 462731)**, situado na Rua Cesar Zama, 257, Santana, CEP 02406-030, São Paulo/SP, mantido por Associação dos Amigos da Criança Autista AUMA, CNPJ 38.893.038/0001-03, autorizado a funcionar por Portaria do Dirigente Regional de Ensino - DE Centro, de 03/09/2010, publicada no D.O.E. de 04/09/2010 - Sç. I - Pg 33.

Artigo 2º - O estabelecimento de ensino manterá em suas novas dependências os cursos já autorizados.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino - Região Centro, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Diretoria de Ensino - Região Centro-oeste

Designação de Supervisores

Portaria da Dirigente Regional de Ensino de 29/08/2024

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino - Região Centro Oeste, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto 64.187/2019 e pela Resolução SE 51/17, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016, alterada pela Deliberação CEE 148/2016, Deliberação CEE 179/2020, e demais normas vigentes, à vista do **Processo SEI 015.00563030/2024-30 de 26/08/2024**, designa os Supervisores de Ensino:

LUZIMARTA MARTINS ARAUJO RG.: 14.230.339-2

IVONILDES SOUZA NASCIMENTO DOS SANTOS RG.: 36.948.188-4

WELLINGTON SANTOS COSTA RG.: 40.393.380

para, comporem comissão que procederá a análise da documentação, vistoria dos equipamentos e instalações físicas e regimento escolar, emitindo parecer conclusivo sobre o pedido de autorização do funcionamento de Autorização de Funcionamento Instalação de Curso Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos finais, **Escola Moura Jardim**, situada à Rua Adherbal Stresser, 274 - Jardim Arpoador, CEP: 05566-000 São Paulo/SP, mantida INSTITUTO EDUCACIONAL M J LTDA - ME, CNPJ 22.842.511/0001-93.

Equivalência de Estudo

Declarando,

nos termos da Deliberação CEE nº 21/01 e Indicação 15/01; da Lei Federal nº 9394/96, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas b e c do Inciso II, do Artigo 24; nos termos do Inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual nº 10.403, de 06/07/1971 e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por **Julia Chedid Gallo**, portadora do RG: 55.556.722-9, nacionalidade Brasileira nascida 04/05/2006, mediante os estudos realizados na cidade de Santiago/Chile, no período de 2013 à 2021, são equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino, em nível de conclusão do **Ensino Fundamental (SEI 015.00548503/2024-79)**.

Equivalência de Estudo

Declarando,

nos termos da Deliberação CEE nº 21/01 e Indicação 15/01; da Lei Federal nº 9394/96, especialmente no § 1º do Artigo 23 e alíneas b e c do Inciso II, do Artigo 24; nos termos do Inciso XXIII do Artigo 2º da Lei Estadual nº 10.403, de 06/07/1971 e à vista da documentação apresentada, que os estudos realizados por **Ariana Isabel Bolanos Arteaga**, portadora do DNI 75434498, natural de Chiclayo - Cayalti / Peru, nascida 30/08/2003, mediante os estudos realizados na de Cayalti/ Peru, no período de 2015 à 2019, são equivalentes aos cumpridos no sistema brasileiro de ensino, em nível de conclusão do **Ensino Fundamental (SEI 015.00554160/2024-81)**.

Equivalência de Estudo

Declarando,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).



Assinado com senha por: ELIANA LIMA DOS SANTOS - 03/09/2024 às 11:21:56
Documento Nº: 3128222A3981257 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3128222A3981257>



SEDUCCAP2024059183DM